

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – CAMPUS AGRESTE

BACHARELADO EM ECONOMIA

DE MUCAMA A EMPREGADA DOMESTICA: A TRAJETÓRIA DA MULHER NEGRA
NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

ALYNNE SYLVANA DA ROCHA ALVES DE FREITAS NASCIMENTO

CARUARU

2014

Alynne Sylvana da Rocha Alves de Freitas Nascimento

DE MUCAMA A EMPREGADA DOMESTICA: A TRAJETÓRIA DA MULHER NEGRA
NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências econômicas da universidade Federal de Pernambuco – UFPE Centro Acadêmico do Agreste – CAA, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharelado em Ciências Econômicas. Orientador: Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins.

Caruaru

2014

ALYNNE SYLVANA DA ROCHA ALVES DE FREITAS NASCIMENTO

DE MUCAMA A EMPREGADA DOMESTICA: A TRAJETÓRIA DA MULHER NEGRA
NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Monografia defendida publicamente no curso de Ciências econômicas da universidade Federal de Pernambuco – UFPE Centro Acadêmico do Agreste – CAA e aprovada por banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profª Drª Fátima Aparecida Silva (UFPE- CAA)

Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa (UFPE- CAA)

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins (UFPE- CAA)

Orientador

Caruaru, 21 de agosto de 2014.

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Simone Xavier CRB4 - 1242

N244d Nascimento, Alynne Sylvana da Rocha Alves de Freitas.
De mucama a empregada doméstica: a trajetória da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro. / Alynne Sylvana da Rocha Alves de Freitas Nascimento. - Caruaru: O Autor, 2014.
45f.; il.; 30 cm.

Orientador: André Luiz de Miranda Martins
Monografia (Trabalho de Conclusão de curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2014.
Inclui referências bibliográficas

1. Gênero. 2. Mulheres negras. 3. Mercado de trabalho - Brasil. I. Martins, André Luiz de Miranda. (Orientador). II. Título.

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2014-052)

A todas as mulheres, em especial, a minha mãe Silvana Alves e, a minha avó Luzinete Rocha, mulheres corajosas, a frente do seu tempo, que desde muito cedo me ensinaram a importância e o prazer da leitura.

Agradecimentos

*Quando o SENHOR restaurou a sorte de Sião, ficamos como quem sonha.
Então, a nossa boca se encheu de riso, e a nossa língua, de júbilo; então, entre as nações se dizia: Grandes coisas o SENHOR tem feito por eles.
Com efeito, grandes coisas fez o SENHOR por nós; por isso, estamos alegres.
Restaura, SENHOR, a nossa sorte, como as torrentes no Neguebe.
Os que com lágrimas semeiam com júbilo ceifarão.
Quem sai andando e chorando, enquanto semeia, voltará com júbilo, trazendo os seus feixes. (Salmos 126)*

Sem Ele nada seria possível. Ao meu amado Deus por tudo que ele fez, faz e fará em minha vida. Porque tudo o que tenho, sou e vier a ser vem dEle e, é para louvor e glória dEle. Obrigada Senhor!

Aos meus pais, Francisco e Silvana Alves, pois foram muitos os sacrifícios para que tivesse a melhor educação possível. E pelo imenso incentivo que sempre me deram. Amo vocês! Espero realmente que isso seja apenas o começo!

Aos meus irmãos, Francisco Junior e Heleno Netto, que aguentaram meu mau humor quase constante e, sempre estiveram comigo. Muito obrigada! A minha avó Luzinete Rocha, que sempre incentivou a leitura e, os estudos, bem como a minha tia-avó Lindinalva Rocha. Amo vocês!

Ao meu amado marido Edmar Nascimento, que muito me ajudou, especialmente a manter a calma em meio a tantas provas, trabalhos e prazos. Enxugou algumas lágrimas minhas e, ouviu intermináveis desabafos! Eu te amo! Obrigada!

Ao meu querido orientador Prof. Dr. André Martins por ter aceitado essa empreitada! Conduziu-me tão sabiamente nesta pesquisa. Esses anos de graduação só serviram para cultivar grande admiração e respeito pelo senhor! Foi uma honra tê-lo como orientador! Muito obrigada!

Ao um dos maiores ganhos desta graduação, minha querida amiga Ketura Lins. Muito obrigada por ouvir minhas queixas, sofrer comigo e, comemorar também. Muito obrigada pelos incontáveis cafés! Ganhei uma irmã!

Por fim, agradeço a todos que me ajudaram até aqui.

Resumo

No século XVI, após a escolha do açúcar como produto para a ocupação do Brasil, a obtenção de mão de obra, foi desde então a grande inquietação. Intrínseco a monocultura, estava imposto o trabalho escravo. Assim, todo e qualquer trabalho deveria ser feito por mãos de escravos. Mas a questão da liberdade individual era inscrita como condição inerente ao mundo civilizado, o problema é que a escravidão não estava desgastada no Brasil, nem ao menos havia sido reduzido o tráfico, antes, intensificou-se o tráfico de africanos escravizados para o Brasil. A forma como aconteceu à abolição no Brasil foi gradualista, onde os imigrantes europeus eram vistos como substitutos dos escravos, no trabalho braçal, melhorado a população brasileira, através do branqueamento e, por serem altamente civilizados, ajudariam o homem branco brasileiro, a adquirir costumes mais polidos. Eram vistos como necessários e regeneradores para todos. O fato, é que a abolição não garantiu direitos a esses homens e, mulheres, que sem qualificação e carregando sob sua pele a conotação de inferioridade, pouco espaço dispunham para trabalhar, senão, em postos braçais, mal remunerados e, sem nenhuma perspectiva de ascensão. Tão arraigado era o racismo no Brasil, que se tornou natural. E se natural, não é racismo. Assim, ser negro no Brasil, representou desde sempre um problema. O trabalho feminino no Brasil, sempre esteve associado ao trabalho doméstico. Assim o elevado percentual de mulheres ocupadas no serviço doméstico, às precárias relações de trabalho deste setor, e sua alta taxa de informalidade, são resquícios de uma sociedade escravagista, cujas situações de dependência e violência são corriqueiras. A informalidade, também agrava este problema intragênero. Em suma, este fenômeno racial no trabalho doméstico, surge pela construção de um cenário de desigualdade, o qual é desregulado, exige pouca qualificação e, possui baixos salários, cuja precarização do emprego e, renda, associados ao serviço de saúde de baixa qualidade, faz com que a expectativa de vida da mulher negra, seja inferior a das mulheres brancas. Esse dado evidencia a real importância desta questão intragênero, onde esse fenômeno social traz prejuízo não só econômico, mas principalmente para a qualidade de vida da mulher negra. A vista disso, a PEC das domésticas, muito mais que regula o setor, traz qualidade de vida a trabalhadora e, maior reconhecimento a esta classe, que durante séculos foi vista como inferior. A PEC traz o benefício da formalidade á empregada doméstica e, conseqüente uniformização dos salários entre brancas e negras, todavia, as diaristas não desfrutarão desse benefício, e na informalidade, a mulher negra, recebe cerca da metade do rendimento da mulher branca. Assim, mesmo depois da PEC, as diaristas continuarão na situação de precariedade, há uma perpetuação do gueto, enfim, as relações continuam impregnadas dos mesmos valores, que se exprimem da desumanização das relações de trabalho.

Palavras-chave: Intagênero, Mulher Negra, Mercado de Trabalho brasileiro, Mucama, Empregada Domestica.

Abstract

In the sixteenth century, after the choice of sugar as a product for the occupation of Brazil, obtaining labor since then has been a great concern. Intrinsic to monoculture, was imposed slave labor. Thus, all work should be done by the hands of slaves. But the question of individual liberty was inscribed as a condition inherent in the civilized world, the problem is that slavery was not worn out in Brazil, the slave trade was not even reduced, instead, it was intensified the trafficking of Africans slaves to Brazil. The way abolition happened in Brazil was gradual, where European immigrants were seen as substitutes for slaves, the manual labor, improved the Brazilian population through bleaching and, being highly civilized, help the Brazilian white man to acquire more polished manners. They were seen as necessary and regenerators for everyone. The fact is that the abolition do not secured any rights to these men and women who have no qualifications, and carrying under your skin the connotation of inferiority, has little room to work but in menial jobs, poorly paid and without any prospect of rise. Racism in Brazil was so ingrained that it has become natural. And if it's natural, is not racism. So being black in Brazil, has always been represented as a problem. Female labor in Brazil has always been associated with domestic work. Thus the high percentage of women employed in domestic service, the precarious labor relations in this sector, and its high rate of informality, are remnants of a slave society, whose situations of dependency and violence are commonplace. Informality also aggravates this intra-gender problem. In sum, this racial phenomenon in domestic work arises by the construction of a scenario of inequality, which is unregulated, requires little qualification and have low salaries, whose precarious employment, and income, associated with a poor quality health service, makes the life expectancy of black woman, lower than that of white women. This finding shows the real importance of this intra-gender issue, where this social phenomenon brings not only economic loss, but mainly for the life quality of the black women. In view of this, the PEC of housemaid, much more than regulated the sector, it brings life quality to the worker and more recognition to this class, which for centuries was seen as inferior. The PEC brings the benefit of formality to the housemaid and the consequent uniformity of salaries between blacks and whites, however, the day laborers do not enjoy this benefit, and in the informality, the black women receives about a half of the white woman income. So, even after the PEC, the day laborers will continue in a precarious situation, there is a perpetuation of the ghetto; after all, relations remain impregnated of the same values, which express the dehumanization of labor relations.

Sumário

Introdução__9

Capítulo I: Do processo de formação da mão-de-obra brasileira__11

Capítulo II: Dos direitos não garantidos__23

Capítulo III : Da trajetória da mulher negra no mercado de trabalho__29

Considerações Finais__41

Referências__43

Introdução

O percurso, porém, é necessariamente longo, quiçá tedioso (...). É preciso voltar aos momentos em que os “moldes sociais”, eles próprios, estavam sendo debatidos, concebidos e conformados. (CHALHOUB, 2012, p.139).

Desde a colonização do Brasil, a obtenção de mão de obra foi a grande inquietação. Intrínseco a monocultura, estava imposto o trabalho escravo, onde os portugueses encontraram no negro africano, a solução para o problema da mão de obra. Os negros foram vistos como aptos para o trabalho da lavoura canavieira. Eram simplesmente insumos para esse grande empreendimento.

Assim, qualquer trabalho deveria ser feito por mãos de escravos. Devido a esse pensamento, o trabalho impregnou-se com a pior conotação possível. A escravidão tudo destorceu, da religião até as relações sociais, desse modo, houve forte segregação durante todos os ciclos econômicos, mas, foi ainda maior no ciclo do café.

Diante dessa sociedade patriarcal, na qual as mucamas ora eram “de casa”, principalmente se amas de leite, ora um insumo, como qualquer escravo, relações sociais doentes, próprias da escravidão, foram arraigadas na estrutura social. Assim, na pós-emancipação, poucas foram às opções das mulheres negras livres. A negra livre continuou a ser vista como um ser desprovido de inteligência, portanto incapaz de aprender novas funções, além das já realizadas quando escrava, o que a tornou marginalizada nesta sociedade. Houve também a preferência por não trabalhar, tudo era preferível ao trabalho. Os negros livres optavam pela mendicância, vadiagem, prostituição, e alguns, optaram pelos crimes.

Dessa forma, as possibilidades de sobrevivência, de uma mulher negra no Brasil, foram restritas basicamente, ao trabalho doméstico ou prostituição. Abusos antes cometidos contra as mucamas não foram abolidos, antes, transmitidos às empregadas domésticas. Que por questão de sobrevivência, viram-se obrigadas a submissão a horários extenuantes de trabalho, além de investidas sexuais do seu empregador e, dos filhos deste, da mesma maneira que acontecia com as mucamas.

Diversas pesquisas mostram que a pior situação no mercado de trabalho brasileiro, está destinada as mulheres negras, cujo principal gueto é o emprego domestico. Além disso, as mulheres negras têm rendimentos inferiores aos das mulheres brancas, desempenhando o mesmo ofício. De certo, que como herança de todo esse caos social, persistiram as relações

sociais doentes. Cujas curas ainda não foram encontradas, pois a diferenciação salarial por cor, ainda não foi sanada.

Essa diferenciação salarial por gênero/raça, denominada intragênero, é um fenômeno importante para o desenvolvimento de políticas públicas eficientes. Neste contexto, tais análises do ponto de vista intragênero, além de escassas, possuem grande relevância para qualquer discussão sobre o tema em uma abordagem atual. Logo, torna-se evidente a importância da pesquisa com uma abordagem histórica, pois será uma ferramenta para reflexão de legados sociais, deixados pela escravidão no Brasil. Contribuindo também, para estudos sobre o destino da escravaria doméstica na pós-emancipação. Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória.

Portanto, o principal objetivo desse trabalho é traçar a trajetória da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro, desde a escravidão até os dias atuais. Relacionando as características sociais da mucama, com a mulher negra livre pós-emancipação e, a empregada doméstica atual. E revelar os principais aspectos no relacionamento, patrão/empregada doméstica, resultante dos 300 anos de escravidão no Brasil.

Capítulo I: Do processo de formação da mão – de – obra brasileira.

Do trabalho, o mais nobre dos esforços, faz ela a mais rebaixada das ocupações; a atividade que lhe trazia em seu próprio arbítrio o caráter da liberdade, tornou-se, na sociedade servil, como se a sociedade fosse outra coisa mais que o meio de desenvolvimento das atividades livres. Pelo trabalho, que ficou sem estímulo e sem escrúpulo, atacou a escravidão a população, a riqueza, a segurança nacional: assim veremos como a escravidão rebaixou o trabalho. (Nabuco, 1988, P.31)

No século XVI, após a escolha do açúcar como produto para a ocupação do Brasil, a obtenção de mão de obra, foi desde então a grande inquietação. Intrínseco a monocultura, estava imposto o trabalho escravo. A contribuição do silvícola, enquanto a primeira mão de obra no Brasil, nos primeiros momentos do latifúndio, foi incentivada pela metrópole. Onde o rei de Portugal, concede o direito de escravizar os índios. Todavia, em pouco tempo, a exploração do trabalho escravo indígena, foi praticamente abandonada.

Os donatários alegavam que o índio era rebelde, e que seu trabalho não era satisfatório. Além disso, a igreja católica posicionou-se contrária a escravização do ‘homem da terra’. Desta forma, como a principal característica do sistema econômico colonial é a monocultura, cuja principal consequência é o trabalho escravo, os colonos portugueses, encontraram no negro africano a solução para o problema da mão de obra.

Os negros foram vistos como aptos para o trabalho da lavoura canavieira. A alta lucratividade, que a coroa portuguesa auferia através do tráfico negreiro, indica uma das motivações da escolha da escravidão negra. Mais adiante, o tráfico negreiro, rende a Portugal, muito mais que alta lucratividade. No fim do século XVII, ao declarar monopólio da coroa o tráfico negreiro, Portugal passa a deter um poderoso instrumento político.

Graças ao desenvolvimento da lavoura de cana e fabricação do açúcar no solo fértil do nordeste, a colônia, passa a ser fundamental ao império português. Figurado no engenho, o complexo socioeconômico colonial. A localização do engenho se dava às margens de rios e riachos. Isso, tanto porque a maioria dos engenhos era movida a água, como também, por ser uma forma de incrementar a dieta, do senhor de engenho e de sua família, com alimentos marinhos. Posto que a cana ocupava as melhores terras, os alimentos eram vendidos a altos preços. Os pobres e os escravos tinham a fome como companheira durante toda vida colonial, impondo ao negro mais uma forma de exploração, a monotonia alimentar, composta basicamente por feijão e farinha de mandioca, conforme descrito por Andrade (2006).

O homem mais poderoso desta aristocracia rural é o senhor de engenho. Dono de tudo, e senhor de todos. O objetivo deste fidalgo do açúcar ia muito além dos lucros. Vivia uma filosofia, presa às aparências, classificada por Carvalho (1998) como ‘o que parece é’. Dessa forma, a imagem do senhor de engenho é sinônimo de poder, riqueza e autoridade. Onde o seu patriarcalismo, torna-se característica da sociedade açucareira. As convenções sociais tornam-no uma figura repleta de contradições.

Grande anfitrião mostra-se generoso com seus hospedes. Um protetor dos desvalidos, seu patriarcalismo, o tornava senhor até de homens livres. Estes últimos estavam presos ao senhor de engenho por laços de gratidão e medo e, sua presença, transmitia receio de punições.

Assim vivia um senhor de engenho: ostentando. As joias compunham esse personagem. Estas, não eram tidas, pelo senhor de engenho, como reserva. Mas sim, como carta de crédito. Pois, esbanjar joias, trazia à família grande prestígio. Que por sua vez prestígio era sinônimo de crédito. Em relação aos escravos, o senhor de engenho mantinha sua imagem de severo. Até os mais benevolentes, pediam que a filha, intercedesse publicamente pelos escravos, com a finalidade de não demonstrar benevolência. Acreditavam que se fosse diferente, proliferaria a indisciplina, que seria a ruína do engenho. Assim, a escravidão distorcia a bondade e misericórdia em fraqueza.

Na ótica do senhor de engenho, escravo era igual a boi. Ambos, insumos necessários à produção do açúcar. Furtado (2007) expressou esse pensamento, ao referir-se ao escravo como ‘gado humano’. Os escravos eram uma máquina de trabalho. Por ser uma máquina cara, o número de escravos auferia *status* de riqueza ao senhor. Aos escravos domésticos, era destinadas roupas à europeia, situação bem diferente dos demais escravos, com a finalidade de conferir à casa grande mais sofisticação. Dessa forma, o primeiro espaço no mercado de trabalho, ocupado pela mulher negra, foi o trabalho doméstico. Nesta esfera, a exploração foi muito além do trabalho compulsório em si, como Freire (2006) descreve as senhoras de engenho eram sádicas e, revelavam grande criatividade nos castigos e, vinganças por ciúmes.

É importante traçar essa trajetória de exploração, ainda que de forma superficial, como aqui se apresenta, a fim de chamar a atenção do leitor para uma espécie de “sina” que acompanha a sociedade brasileira, que tudo muda para permanecer no mesmo. Assim começa a ser configurado o espaço da mulher negra no mercado de trabalho, ainda compulsório, mas já rígido em seus guetos. Majoritariamente em serviços domésticos, escravaria de ganho, e

também como prostituta de ganho. Mas a diante, tornar-se-á claro que na pós-emancipação, a situação da mulher negra pouco mudou.

Assim, todo e qualquer trabalho deveria ser feito por mãos de escravos. Devido a esse pensamento, o trabalho impregnou-se com a pior conotação possível. Essa máxima, que o trabalho é coisa de escravo, é uma das consequências do sistema escravocrata, a qual, Nabuco (1988) considerou como degeneração do trabalho. Como efeito, negros e mestiços livres, preferiam a prostituição, ou mendicância a trabalhar. Essa ideia distorcida de trabalho, como algo inferior e compulsório, marcou toda a história do mercado de trabalho no Brasil, em especial ao que se refere à mulher negra, como será visto no próximo capítulo.

O casamento entre escravos, embora raro, era possível. Geralmente essa união, era bem vista, pois geraria filhos, para o senhor de engenho significava aumento da riqueza. Contudo, o casamento não retirava a condição de escrava da negra. Assim o senhor continuava a servir-se sexualmente de seu objeto, sempre que queria. Desta situação, resultam filhos cuja paternidade seria sempre incerta, demonstrando que a vontade do senhor de engenho, se impunha até aos sacramentos da igreja. Esse ponto revela a hipocrisia nas relações sociais, ainda na construção da sociedade brasileira, cuja igreja, a moral e os bons costumes, eram coniventes a toda sorte de violência e exploração, contra homens, mulheres e crianças, só por serem negros.

A estes casamentos, Ferline (1998) referiu-se, como ligações múltiplas e passageiras. Revelando que embora a religiosidade fosse um elemento forte e inegável à sociedade açucareira, figurou-se de forma artificial. E ainda, que nem ela, saiu ileso da escravidão. Na realidade, mesmo com a abolição, o abuso sexual, continua a ser uma queixa bastante comum no setor de serviços domésticos, essa situação é ainda pior na zona da mata pernambucana, como herança desse sistema corrupto que foi a exploração do trabalho escravo. Esse ponto, também será abordado nos próximos capítulos.

Outra herança do sistema escravocrata foi à imposição do cristianismo aos negros, que eram impostos os sacramentos, principalmente o batizado, obrigando-os a ter o cristianismo como religião oficial. Um catolicismo superficial, e mesclado às crenças africanas, foi o resultado desta imposição, classificado por Carvalho (1998), como cristianismo projetado para o escravo. Ou fetichismo católico, é como Nabuco (1988) denomina essa distorção religiosa, cuja mistura de ritos, não passa de mais um mal que devemos à escravidão. Assim, o escravo não era livre nem para exercer seu próprio credo e, a “sina” de mudar para

permanecer no mesmo, aqui também se apresenta, pois séculos depois a tudo isso, as religiões africanas, ainda são vistas de forma negativa e, enfrentam a discriminação.

Mas a escravidão não só corrompe a religião, a família e os escravos, seus senhores também são oprimidos por ela. Uma ilustração disto é o pânico, que o senhor sentia da morte. Temia, que pós-morte Deus o tratasse, como havia tratado seus escravos em vida. Movido por tamanho pavor, deixava esmolas, destinadas para os que fossem rezar por ele, clamando por santos intercessores.

No final do século XVIII, o império açucareiro entrou em crise. Neste período, o café assumiu importância comercial. A economia cafeeira, como a açucareira, faz uso intensivo de mão de obra escrava, e do fator terra. Porém, a empresa cafeeira, diferencia-se de sua antecessora, por seus custos monetários ainda menores, e fundamentalmente, por sua classe dirigente. Cujas experiências comerciais e, grande desenvoltura na manipulação do governo, faz desta, singular entre os demais grupos dominantes.

A elite cafeeira foi diferente da antecessora em diversos aspectos, dentre eles, na forma de vida, cujo objetivo era se assemelhar ao máximo com a Europa. Tudo era imitado, desde as roupas, até o tratamento com a escravaria, que deixa de ser patriarcal, e passa a ser ainda mais cruel. Dessa forma, a segregação é ainda maior no ciclo do café. O século em que se difundiram o discurso e os movimentos abolicionistas foi, em suas primeiras décadas, o momento de maior difusão da prática escravista como operação comercial, com suas consequências inegáveis em termos de movimentos de força de trabalho, isto é, migrações, e forma de organização do trabalho, inclusive no próprio continente africano, onde florescia a escravidão, em proporções consideráveis. Assim, o café produz um grande impulso na demanda por escravos, inclusive, depois da proibição do tráfico negreiro em 1850.

Depois do declínio temporário causado pela guerra na Europa durante a década de 1790 e a primeira década do século XIX, o tráfico transatlântico de escravos da costa da Guiné retomou o seu nível anterior (...). Os escravos tornavam-se mais comuns onde quer que o comércio exportador fosse importante, e a transformação da economia política que resultou na escravização mais sistemática das pessoas e na organização do tráfico interno de escravos impeliu as sociedades africanas na direção de uma exploração mais intensificada do trabalho escravo. Na verdade, a dimensão produtiva da escravidão tornou-se mais importante do que nunca. (Lovejoy, 2002, p. 215)

Contradição fundamental do império brasileiro, a civilização convivia com a escravidão. Estado liberal, pós-independência e escravocrata. As dificuldades para a abolição eram muitas. O próprio modo de vida, a organização do trabalho na sociedade colonial, não mudou com o surgimento do novo estado. “Mudar para continuar no mesmo”.

Empecilhos à manutenção da escravidão, em 1848 com o princípio de igualdade, os tratados de direito internacional e, especial, a pressão inglesa. O tráfico de escravos foi abolido em 1850, a emancipação dos escravos, era vista como consequência ao fim do tráfico, sendo esta última, uma questão de oportunidade. Prado (2005) descreve como a maior parte da população pensava que “a escravidão era o alicerce sobre o qual se assentava o império do Brasil”.

De acordo com estimativas mais recentes, em todo o período de tráfico negreiro para o Brasil, desde meados do século XVI até os anos de 1850, chegaram ao país mais de 4,8 milhões de africanos escravizados, no primeiro quartel do século XIX (em 1801 – 25), entraram 1012762 africanos, no segundo quartel (1826-50), 1041964, e outros 6800 vieram após a nova lei de proibição do tráfico de 1850. Aritmética dos dados revela que mais de 42% das importações de africanos para o Brasil em três séculos de tráfico negreiro aconteceram apenas na primeira metade do século XIX. (CHALHOUB, 2012, P.35)

A força do trabalho volta a ser preocupação desta sociedade tão obcecada com a forma civilizada a moda europeia. Surge o conflito de que continuar civilizado, ou seja, europeu, significava uma nova forma de organização no mercado de trabalho, onde o sistema escravocrata não tinha espaço. Intrínseco a isso, havia a necessidade de não arruinar as elites cafeeiras. Vida à europeia era um ideal.

No caso brasileiro, que nos interessa em particular, essa retomada do comércio de africanos cativos para força de trabalho escrava obedeceu a movimentos conjunturais específicos no início do século XIX. Para abordar esses movimentos, do qual o mais importante é, sem dúvida, a ascensão da economia cafeeira, utilizamos o trabalho de Berute (2012), que, por sua vez, comenta o trabalho seminal *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, de autoria de Manolo Florentino, um dos maiores conhecedores da temática na academia brasileira (Florentino, 1997):

A partir da contabilização da movimentação de entrada de navios negreiros no mesmo porto [do Rio de Janeiro], Manolo Florentino propôs que o mercado atlântico de escravos apresentou três conjunturas distintas entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX: uma fase de *estabilidade*, entre 1796-1808; uma de *aceleração* nos anos de 1809 a 1825, vinculada à transferência da Corte portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos coloniais ao comércio internacional; e a da “crise de oferta africana”, entre 1826-1830, quando a expectativa pelo fim do tráfico – em decorrência da pressão inglesa e dos diversos acordos e tratados assinados entre Portugal (posteriormente o Império do Brasil) e a Inglaterra – e o aumento da demanda por cativos no sudeste brasileiro contribuíram para um substancial crescimento no volume da importação de escravos. (Berute, op cit, p. 207-208. Destaques em itálico no original)

A questão da liberdade individual era inscrita como condição inerente ao mundo civilizado. Assim, além das pressões externas pró-abolicionismo, a necessidade de ser civilizado, causa forças internas favoráveis à libertação dos escravos. Segundo Chalhoub (2012) a escravidão não estava desgastada, ou havia sido reduzido o tráfico, antes, intensificou-se o tráfico de africanos escravizados para o Brasil. Mais de 750000 africanos entraram no país ilegalmente nas duas décadas posteriores à aprovação da lei de 1831. Só em 1837 foram quase 57000 africanos entraram no país ilegalmente.

Tabela 1

“Comércio” transatlântico de escravos africanos no século XVIII e tráfico transatlântico de escravos africanos entre 1801 e 1867

Período	Escravos
1701-1800	6.089.700
1801-10	683.600
1811-20	599.600
1821-30	694.400
1831-40	669.000
1841-50	435.300
1851-60	179.100
1861-67	52.600
Total 1801-67	3.313.600

Fonte: Lovejoy (2002, p. 96; 222).

A mencionada demanda crescente por cativos no, que hoje é o Sudeste brasileiro, esteve relacionada à ascensão do café como cultura agrícola de interesse para o comércio internacional. De fato, a economia cafeeira, “um verdadeiro ‘olho de furacão’ a drenar, a concentrar os recursos da economia brasileira” (Oliveira, 2003, p. 30), mostrou que a escravidão não era uma instituição econômica, uma forma de organização do trabalho desgastada no Brasil do século XIX.

A forma como aconteceu à abolição no Brasil foi gradualista, como Prado (2005) diz. Assim, inicialmente pouco transformador. A lei do ventre livre exemplifica bem o caráter gradualista, uma vez que os senhores de escravos, poderiam utilizar seus serviços até completarem 21 anos. O caráter conciliatório, também é evidenciado no cenário político, cujo discurso defendia que o processo de emancipação deveria passar pelo campo da indenização por parte do estado, a fim de proteger a agricultura, já que era o sustentáculo do império.

Os fazendeiros temiam uma abolição abrupta, onde a consequência, segundo eles, seria o colapso total da economia, e retrocesso ao estado primitivo. Este também era o pensamento dos políticos da época, bem como, da maior parte dos homens cultos da época. Assim, todos concordavam que a escravidão era um mal e, totalmente contrária a tão estimada civilidade, concomitantemente, a escravidão deveria, para o bem de todos, ser extinta gradativamente.

Mas, se trabalho era sinônimo de cativo, a liberdade representaria a negação do trabalho. De modo que a abolição geraria, um exército de desocupados voluntários, segundo os políticos da época. O discurso racista, no sentido que a raça negra era inapta, preguiçosa, indolente e, tendenciosa ao vício, ganha espaço nas tribunas.

O negro, cativo ou liberto, seria selvagem, raça atrasada, e incapaz de adaptar-se a nova forma de trabalho que surgiria, a não compulsória. Além disso, a ideia de superioridade da raça branca, ganha ares científicos em todo mundo. Dessa forma, com a pós-abolição, nenhum negro se disporia a trabalhar, esse discurso servia para justificar a abolição lenta e gradativa.

Pouco a pouco os negros passavam a serem vistos como trabalhadores possíveis, como Prado (2005) descreve. Todavia, o discurso de necessidade de branqueamento já havia ganhado força em todo o mundo. A ideia do imigrantismo europeu se consolida como a solução de dois problemas, a necessidade de mão-de-obra e a necessidade de branquear a

população. De sorte, que ao conhecer tais interesses, imigranismo e abolicionismo, a escravidão é eliminada. Esta é a raiz da discriminação racial no mercado de trabalho no Brasil, quando ainda, sequer existia uma forma de trabalho além da forma compulsória, através de princípios raciais, havia a crença que a única forma de relação de trabalho possível com o negro, seria a escravista.

Para estimular o movimento imigratório, o governo promoveu incentivos, a saber: criação de escolas, ajuda em sementes, viagem gratuita, dentre outros. Tais medidas foram tomadas, a fim de prover substitutos dos escravos na grande lavoura, semelhantes na dependência e miséria.

Os imigrantes europeus eram vistos, não só como substitutos no trabalho braçal, mas principalmente pessoas inteligentes, seres pensantes, muito superiores, morais, que conheciam de perto a civilização. Assim, o discurso de superioridade dos caucasianos, afirmava, que ao passo que europeus passavam a servir o Brasil, com todos seus dons e talentos natos, além de melhorar o povo brasileiro através do branqueamento, melhoraria também os brasileiros já branco, pelos hábitos e costumes europeus, que, na escala de brancura, os brancos europeus eram mais civilizados e, superiores, que os brancos brasileiros.

Os imigrantes eram vistos como substitutos dos escravos, no trabalho braçal, melhorado a população brasileira através do branqueamento e, altamente civilizados, por isso, ajudariam o homem branco brasileiro, a adquirir costumes mais polidos. Eram necessários e regeneradores para todos, e por isso, o Estado deveria arcar com a despesa de sua vinda ao Brasil, esse era o discurso que imperava dentre os fazendeiros. Mas, no norte e no nordeste, devido ao clima, fazendeiros e políticos, acreditavam não ser viável a ida de imigrantes europeus, solicitavam medidas políticas do governo, como a proibição da vagabundagem.

Neste contexto pré-abolicionista, cujas figuras de destaque eram políticos, intelectuais, senhores / escravos e imigrantes, e uma classe era praticamente invisível, os homens pobres livres. Suas opções eram restritas e escassas. Oscilavam entre o vadio e o capanga, ou caçador de negros. Essa situação desqualificava, mais e mais, o trabalho para um homem livre.

Na política, os republicanos, mostram-se extremamente omissos à causa abolicionista, sendo assim expressa a contradição à máxima republicana de liberdade. Ao mesmo tempo em que eram omissos, deixavam explícitos que com o novo regime todos os homens seriam livres. Assim, a escravidão era vista como algo próprio de sociedades antigas e, por isso, era

sinônimo de atraso cultural, acarretando em certa defasagem cultural e política. Além disso, para uma sociedade ser tida como civilizada, a liberdade constitui pré-requisito básico.

É interessante perceber que desde então, a escravidão era vista como a marca de uma civilização atrasada. Onde o trabalho era o reflexo do direito à cidadania e, cuja educação já era vista como solução para tornar igual em direitos, e por isso, a educação era dever do Estado. Este é sem dúvidas, um discurso muito atual sobre igualdade de direitos e oportunidades, que são características de uma sociedade moderna. Assim, o mesmo discurso sobre cidadania se perpetua a séculos, evidenciando, que problemas similares também são perpetuados há tantos anos. Na primeira metade do século XIX, outro crime cometido contra os negros, era a presunção de que todo negro era escravo até que se prove o contrário. Existia dessa forma uma espécie de dupla escravidão, que, sendo um negro livre, este poderia ser preso sob acusação de fuga. Dessa forma, os homens e mulheres negros, carregavam sob sua pele, o fardo da escravidão, ainda, que em suas mãos, estivessem sua alforria. Essa dupla escravidão gerou consequências para toda sociedade, tais consequências serão tratadas no próximo capítulo. Para os negros, até a liberdade se apresentou de forma precária e, o que antes foi visto como o início da cidadania findou-se em si, pois a liberdade nada tinha de igualdade.

Mesmo os pretos e pardos presos por vadiagem, ou para averiguação, quando conseguiam provar sua liberdade, eram forçados ao recrutamento. Assim, eram livres para, contragosto, servir ao seu país no exército ou marinha, onde o tratamento não era muito diferenciado ao destinado ao escravo, inclusive, castigos físicos eram certos. O que torna evidente a associação de liberdade para os negros com a vadiagem.

Outro fato interessante é o papel que a polícia exerceu neste processo de prisões sob suspeita de ser escravo fugido. Havia um incentivo, o policial recebia uma gratificação por escravo capturado, no momento que seu dono fosse resgatá-lo, o policial se assemelha ao capitão do mato. Esta comissão, fez com que o número de negros apreendidos, fosse imenso no segundo e terceiro quartel do século XIX. Ao passar sessenta dias da prisão, os escravos não reclamados e, os negros livres que não conseguiam provar sua condição, eram leiloados em praça pública. Na literatura há relatos de diversos casos de negros livres postos à leilão e, inúmeros negros presos diversas vezes por suspeitos de fugitivos, que haviam de provar o quanto fosse necessário sua condição de livre.

Este fato reitera que a liberdade se impunha ao negro de forma bastante precária. Assim o negro não era livre, na melhor situação ele estava livre, até que o próximo praça o detivesse para averiguação, visando sua possível comissão. Uma linha tênue separava os negros e pardos da condição de escravo e livre. Antagônico ao tratamento desrespeitoso dado aos negros e, sua liberdade, encontra-se o mais completo respeito ao direito de propriedade de escravos. Ou seja, havia completo direito de propriedade, protegido por força de lei, o senhor sobre seu escravo, ainda que essa condição só tenha sido possível através de tráfico humano internacional. Esse sequestro, não era punido, contudo, ao se tornar livre, a força da lei torna-se mais branda, a defesa da liberdade dos outrora sequestrados, é praticamente inexistente. A lei é cega, e justa, favorecendo aos que merecem, a saber, os brancos. Assim, o crime de reescravização de homens e mulheres, negros e pardos, livres, foi tão recorrente entre os anos de 1850 e 1860, que inúmeros casos foram citados em documentos oficiais da polícia da época. Conforme descrito por Chalhoub (2012), diversos homens livres foram reduzidos à escravidão.

O “grande medo” foi um acontecimento de 1852 que exemplifica a condição precária, enfrentada pelos negros livres no Brasil oitocentista. Em 1852 foi decretado o registro obrigatório de nascimentos e óbitos, além do recenciamento. Os pretos e, pardos livres, acreditavam que o objetivo desta lei era reduzi-los a escravidão. Segundo Chalhoub (2012), tal temor pode ser explicado, pela possibilidade dos revoltosos terem conhecimento que a prática da escravização ilegal, ou reescravização, já vinha sendo prática constantemente desde os anos de 1830. A vulnerabilidade das crianças pretas livres era imensa diante dos costumes da reescravização ilegal. Os sequestros, comuns e regulares, de crianças negras, são exemplos de sua vulnerabilidade e, ausência da defesa por parte do poder público, que além de omissos, no tocante à proteção da criança negra livre, em alguns casos, representantes do poder público, eram os mandantes de tal violência.

Por fim, a abolição só foi consolidada por meio do movimento abolicionista envolvendo todo povo, estudantes, escravos, os militares, a imprensa. Enfim, através da comoção popular, uma vez que, o projeto sobre a abolição tramitou durante muito tempo no parlamento, sem sucesso. Na verdade, o discurso abolicionista, foi aos poucos se espalhando entre os habitantes deste império. O movimento abolicionista cresceu rapidamente no norte e no nordeste, uma vez que a escravidão havia perdido importância econômica nestas regiões. Além do norte e nordeste, a inviabilidade econômica, também convenceu diversos outros senhores de escravos às ideias abolicionistas, devido às vantagens do trabalho livre.

Após tanta aclamação popular, a lei Aurea foi recebida com festa, brados, aplausos e, a sensação que instantaneamente tudo estava resolvido. De forma que, com a abolição haveria plena liberdade e, conseqüentemente igualdade plena. Nas palavras de Prado (2005), todos confraternizavam com a liberdade dos escravos, mas pouco a pouco a rotina foi restabelecida e, logo o parlamento foi tomado por outra preocupação, a saber, a indenização aos agora, ex-senhores de escravos e, a repressão à vadiagem.

De certo, que a herança de todo esse caos social, foram e são relações sociais doentes. Cujos sintomas são diversos, desde uma detenção para averiguação, que não rara às vezes durava anos, como também, a diferenciação salarial, que infelizmente ultrapassou não só anos, mas, alarmantemente séculos e, ainda não foi sanada.

Uma importante consideração sobre uma peculiaridade da abolição no Brasil, é que após abolição, em maio de 1888, o movimento abolicionista se desmobilizou, enquanto, outros países, na pós-abolição, o movimento abolicionista ganhava força. Muitos abolicionistas alegavam que isso acontecera, por que, aqui não havia “preconceito de cor” isso por que éramos mais fraternos que a maioria dos povos. De sorte, que devido a essa ideia, talvez, o racismo no Brasil foi e, é tão pouco discutido e, assim velado. O que permitiu que esta doença se instalasse em nossa sociedade.

No cenário político frente a recente abolição, instalava-se a insatisfação frente à concentração política do império. Questões como a indenização e, crédito a juros baixos aos latifundiários do nordeste, qualificação negada aos recém-libertos, a não consolidação da reforma agrária, pensada por Joaquim Nabuco, e os imigrantes europeus, que segundo latifundiários do oeste paulista, que mais ocupavam o papel de colonos, que de trabalhadores. Todas essas queixas endossavam o clima antimonárquico.

Ainda sobre as relações sociais, marcadas e corrompidas pela escravidão, como diria Nabuco (1988), ao ler os relatos de discursos dos homens cultos da época, oitocentista, percebe-se que mesmo os traficantes, sequestradores, torturadores, não eram tidos como criminosos, ainda que esses crimes fossem cometidos a pessoas livres. Isso porque, mesmo livres, eram negros. E, mesmo desobedecendo às leis, cometendo crimes, eram brancos e, assim as relações sociais, as relações de cor/raça, se bastavam para justificar tais atrocidades, fossem elas, quais fossem. Talvez, o traço mais marcante deixado como herança à sociedade brasileira, pela escravidão e suas distorções sociais, seja a hipocrisia, que perdura até os dias

atuais, ao dizer que no Brasil não havia, ou haveria, discriminação racial “diferente dos demais países, como os EUA”.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil viveu o movimento realista, que fazendo jus ao nome, relata a realidade da sociedade. A mulher assume um papel oposto ao que tinha na escola literária anterior, o romantismo. Deixa de ser um ser idealizado, virgem, frágil, repleto de virtudes, para assumir um papel real, que mantido seu poder de sedução e beleza, pode cometer o pecado de traição. É importante lembrar, que esta mulher descrita, é em geral, rica, com certo grau de qualificação e, principalmente branca. A mulher negra, se citada, certamente ocuparia o papel de mucama, ama de leite, ou seja, simplesmente serviçal.

No naturalismo, escola contemporânea ao realismo, além da mulher branca rica, a mulher branca pobre e, mulata livre também são personagens, que recebem mais atenção. Contudo, o naturalismo aplica diversas teorias em suas obras, uma delas é o determinismo. Assim, quando as mulheres pobres, agiam com similar “pecado” que as brancas ricas, descritos no realismo, eram vistas de forma menos poética, e com características animais. “Rita Baiana é uma cadela o cio”, por exemplo. Nestes mesmos textos, as mulheres negras, ainda confundidas com sua condição, ser negra, era sinônimo de escrava ou serviçal, em contramão as novas tendências comportamentais femininas, era apresentada como ingênua e, fácil de ser enganada.

A literatura serve muito bem, para analisar como pensavam os homens da época. Desta análise, é possível perceber as raízes da hipocrisia social, que, aliás, não foram arrancadas, mas como erva daninha, rapidamente se espalhou. Uma sociedade patriarcal, fundamentada na moral e, nos bons costumes. Moral esta, que não condenava a crueldade de um senhor, para com seus escravos, ao contrário via nesta crueldade um excesso de virtude. Ou ainda, os bons costumes, que mesmo sendo crime o tráfico após 1831, como julgar ou maldizer àqueles que o cometem? Afinal são só negros. Cujas indolência e, repúdio pelo trabalho, lhes descrevem.

Contudo, toda essa compreensão era destinada aos brancos e, de preferência ricos. Aos negros e, mulatos livres, ainda que de conduta irrepreensível, só mereceriam tal benefício, a partir de alguns milhões, como descreve uma personagem da obra de Fanon (2008). Diante deste cenário, violentamente desigual entre brancos e negros, o desejo de igualdade, através da liberdade, é frustrado. À vontade e, luta pela igualdade continua, mas a estratégia torna-se outra, a saber, a miscigenação, que será tratada nos próximos capítulos.

Capítulo II: Dos direitos não garantidos

“Pegava o tinteiro na carteira e o jogava como uma ducha em cima da colega, era seu modo de transformar os brancos em negros. Mas percebeu logo cedo a inutilidade dos seus esforços; Loulouze e sua mãe lhe diziam que a vida para a mulher de cor é difícil. Então, não podendo mais enegrecer o mundo, ela vai tentar embranquecê-lo no seu corpo e no seu pensamento”. (Fanon, 2008, p.56)

No capítulo anterior, foi feita uma retrospectiva sobre a escravidão no Brasil, desde a escolha do homem negro africano à abolição. Foram vistos também o medo da reescravização e, que à abolição pouco trouxe de liberdade ou igualdade. Assim, mesmo livre e, cidadão, o fato de ser negro, restringia muito as oportunidades a homens e mulheres, que deixam de viver em senzalas, para ocupar outro gueto, o morro.

Os ideais liberais, que outrora ocuparam praças e, ruas, na pós-abolição, não mudaram o contexto social e, mais uma vez nos deparamos com a “sina” de mudar para permanecer no mesmo. A ideia do determinismo racial, que afirma haver raças superiores e inferiores, sobrevive à emancipação dos escravos, convivendo com ideias de igualdade, e revelando-se tão superior, na aceitação desta sociedade. O que aconteceu no Brasil, na pós-abolição, foi à hierarquização das relações sociais por cor, onde os brancos, ou ao menos, os mais brancos, detinham poder econômico, prestígio social e político. Aos demais, brancos pobres, negros e mulatos, estava destinado o desprezo e, a submissão. Esta última estava garantida, não mais pela relação de proprietário e propriedade, mas, por questões intrínsecas a esta sociedade, a relação branco e negro, superior e inferior.

Dessa forma, as relações sociais, eram determinadas através da raça. Esse sistema de classificação racial foi marcado pela intensa miscigenação ocorrida no Brasil, sobre as consequências desta temática, falaremos no próximo capítulo. O fato, é que a abolição não garantiu direitos a esses homens e, mulheres, que sem qualificação e carregando sob sua pele a conotação de inferioridade, pouco espaço dispunham para trabalhar, senão, em postos braçais, mal remunerados e, sem nenhuma perspectiva de ascensão. A remuneração em si, era algo novo e, confuso, pagar a alguém, ou melhor, para um negro trabalhar, era quase inconcebível na mentalidade desta sociedade racista.

Devido a essa falta de oportunidade de empregos, alguns negros optavam por formar quadrilhas, que usavam a capoeira como arma. Por isso, eram conhecidos como os capoeiras. Esse envolvimento dos negros com a criminalidade, não foi visto pela sociedade, como

consequência a falta de oportunidades e, direitos, mas, só reforçou a imagem do negro como um ser inferior, pouco propenso ao trabalho e, mais sujeito aos vícios.

Além da visão distorcida da sociedade para com os negros, do problema da falta de qualificação e, de oportunidades, as diversas teorias racistas agravavam ainda mais a situação do negro. Tais teorias davam ares científicos à superioridade branca e, conseqüente inferioridade negra, buscando através de diferenças físicas e, mentais, justificar supremacia branca e, subjugação negra. Segundo Skidmore (2012) o problema é que quanto mais os brasileiros buscavam se informar sobre a questão de raça, encontravam só teses que enfatizavam a inferioridade negra, conseqüentemente, a elite brasileira, aceitou a teoria de superioridade ariana. Neste contexto, a ciência e a filosofia, ganham espaço na elite da época, assim, o científico é superior, é melhor, é coisa de branco.

O determinismo racial já fora endossado politicamente na América do Norte inglesa, onde a separação entre raças “superiores” e “inferiores” era um sistema institucionalizado. O Brasil, porém, fora uma sociedade multirracial durante muito tempo para que uma rígida segregação em linhas birraciais fosse viável. No Brasil, o histórico equilíbrio racial levava a uma ampla miscigenação, que chegava até as famílias mais antigas. (Skidmore, 2012, p. 69).

Essa característica, de justificar com argumentos científicos a superioridade de uns sobre outros, é apenas reflexo da mais marcante de todas as características da sociedade brasileira, a saber, a hipocrisia. A hipocrisia está no âmago da sociedade brasileira e, suas relações. Aceitar a inferioridade de um ser, no caso o negro, simplesmente pela sua negritude é cruel, contudo, ter relações íntimas com este ser inferior, tudo bem, desde que não se torne público. Gerar filhos mestiços, para um branco não é bom, os mestiços são tidos, cientificamente como inferiores aos negros, mas socialmente são vistos como uma evolução. Quanto mais branco ou, ao menos, menos negro, melhor. Não há maior hipocrisia, que declarar que a abolição levaria de forma natural à igualdade. Enquanto o estado não garantiu nenhum direito aos negros, na verdade, a única garantia que desfrutava um recém-liberto, era a discriminação.

A elite brasileira não deu a devida importância à questão racial até a abolição. Segundo Skidmore (2012), sequer viam o problema racial, como fenômeno social. Certamente, que o fato de não ser considerado um problema social, desde sua origem, agravou ainda mais o problema racial e, todas suas conseqüências. No próximo capítulo, serão analisadas as conseqüências desta discriminação racial “mal curada”, ou seja, ignorada pela sociedade brasileira durante séculos.

Assim, a omissão sobre as questões raciais, em um país cuja economia esteve alicerçada durante séculos no sistema escravocrata e, que as relações patriarcais tendiam ao sadismo, conforme descrito por Freire (2006), fez com que tal sadismo se perpetuasse na pós-emancipação. Com a perpetuação do gosto pela crueldade, da elite brasileira para os negros, a liberdade foi proposta de forma precária e, os direitos foram negados, como visto no capítulo anterior. Assim, o negro era livre para continuar servindo. Sem acesso a qualificação, poucos foram os postos destinados aos negros, que mal tinham renda para alimentação e, moradia e, de tão precárias que eram, muito se assemelhavam as do tempo de cativo.

Uma das primeiras oportunidades dada aos homens negros, pouco antes da abolição, foram os postos de base do exército. Exército que foi uma força de pressão contra a escravidão. Mas, até os abolicionistas, como a maioria, dos brasileiros, acreditavam que não existia preconceito racial neste país. Tal afirmação demonstra ou imensa inocência destes, ou, mais acertadamente, como a raiz da discriminação racial é tão profunda, que tornou-se natural até para os que militam contra ela.

Havia segundo a elite intelectual brasileira, harmonia racial no Brasil, harmonia esta, que convivia com a escravidão. Dessa forma, tanto na escravidão, como também na pós-emancipação, não havia preconceito racial no Brasil. Esta visão, também era aceita e, defendida, pelos abolicionistas.

Tão arraigado era o racismo no Brasil, que se tornou natural. E se natural, não é racismo. Esta era a lógica predominante, onde, não havia discriminação de cor, ao contrário, harmonia. Mas ao mesmo tempo, como evolução natural, existiria o branqueamento da nação e, para acelerar esse processo natural, o imigrantismo europeu foi proposto.

Assim, ser negro no Brasil, representou desde sempre um problema. Inicialmente, era sinônimo de escravidão, dessa forma, sequer era gente, antes uma coisa qualquer. Como coisa, era propriedade de alguém, desta forma, seus direitos e deveres eram definidos pelo seu dono e, o Estado só interferia, para garantir o direito de propriedade do senhor sobre o escravo.

Um verdadeiro circo de horrores para os negros, repleto de violência, impunidade, falta de assistência e proteção. As consequências deste terrível cenário são muitas, mas duas destacam-se e completam-se, a saber, a forte discriminação racial, que sequer foi amenizada

na pós-abolição e, a atitude tomada por muitos negros em sua defesa, para muitos a única possível, o branqueamento.

Dessa forma, sem direitos ou oportunidades, os negros desejam igualdade, ou seja, eles desejam ser brancos. Ser branco, desde sempre, significou ser melhor. Em meio a tantas questões de raça, surge uma questão de gênero, no tocante ao branqueamento como forma de defesa. Há grande diferença entre a forma de encarar a relação inter-racial do homem negro e, da mulher negra. Enquanto o homem negro se sente superior, e isto é sinônimo de branco, ao ser amado por uma mulher branca, a mulher negra, sente-se privilegiada em ter filhos com homens brancos, mesmo que sem reconhecimento paternal, o que era quase certo. Esta criança seria mais branca que ela e, este branqueamento, já é gratificação suficiente.

Em suma, para o negro, ser desejado e amado por uma branca é a melhor forma de igualdade, enquanto para a mulher negra, não o amor ou o desejo de um branco, uma vez que, durante décadas foi desejada por homens brancos e, tal desejo nada de bom havia lhe trazido, ao contrário, significa violência. Para estas, ter filhos com brancos é sua forma de igualdade, ainda que gradativa. Segundo Skidmore (2012) as negras, sempre que possível, tinham forte condicionamento para preferir parceiros mais claros que elas.

O desejo de ser branco expresso por muitos negros a partir do séc. XIX é apenas um reflexo de trezentos anos de violência, submissão e, toda sorte de males a que estavam expostos pelo fato de serem negros. A luta por igualdade através do branqueamento de seus descendentes, era a luta contra tudo o que significava sua negritude. Na verdade, o desejo de branquear o Brasil, ideia inicialmente de brancos, que deveria acontecer através do imigrantismo europeu, torna-se vontade negra, a fim de evitar sofrimento para seus descendentes.

Mesmo na pós-emancipação, ser branco é sinônimo de beleza, sofisticação e, acima de tudo, superioridade. Muito mais que desejo, havia a necessidade de embranquecer-se. Isso, através do amor de um branco, mas não qualquer branco, tem a preferência o loiro, com olhos claros e origem, europeia, este, seria o tipo ideal. Caso o ideal não fosse possível, o menos negro seria escolhido.

Assim, a partir desta primeira observação de gênero, na pós-emancipação, onde homens negros sentem-se horados em dispor do amor de uma mulher tão superior a si, superior culturalmente, economicamente e, especialmente, superior na cor, já que era branca.

As mulheres negras só desejam ter filhos brancos. Surge também uma questão intragênero, certamente não a mais importante deste estudo, mas, muito interessante, a mulata.

A mulata, muito provavelmente já fruto do ideal de branqueamento, ou de relações forçadas, estupros, agora é certamente repleta de conflitos, pois não é branca, e tampouco negra. Aliás, dizer a uma mulata que ela era negra, a ofendia profundamente. Assim, como já era quase branca, mas não era branca, não aceitava o amor de um negro, afinal não queria retroceder socialmente e, também não tinha a urgente necessidade de branqueamento, por que ela já era quase branca, superior aos negros e, por isso não se relacionaria com nenhum deles e, quase tão superior quanto às brancas. A continuidade de branqueamento da mulata era algo natural e, para ela óbvio.

Meu estupor, adolescente, quando uma conhecida ofendeu-se quando tratei-a com a palavra adequada, a única que convinha naquela circunstância: “Você que é negra”, disse-lhe eu. “Eu – retrucou ela – negra? Você não vê que sou quase branca? Eu detesto os pretos. Eles fedem, eles são sujos, preguiçosos. Nunca venha me falar de pretos”. (Fanon, 2008, p.59).

Dessa forma, a mulata tinha sede de distinção, de superioridade, enfim, sede de ser branca e, não quase. Ao mesmo tempo, ela já era superior, superior aos negros. Por isso, o ideal de branqueamento também era desejo das mulatas, mas diferente das negras, não havia tanta urgência, nem desespero. As mulatas podiam esperar algo que negra nenhuma ousaria sequer pensar, podiam esperar um casamento com um homem branco.

Aí está formada uma interessante questão intragênero. Enquanto a mulher branca já era superior culturalmente, geneticamente, segundo a ciência da época, muitas vezes economicamente e, especialmente, superior na sua cor, à mulher negra, objetivava ter filhos superiores, ou menos inferiores que ela. E isso se daria através de um parceiro branco, o mais branco possível. Contudo, essa relação entre a negra e o branco era muito precária, sem nenhuma espécie de compromisso, apenas a promessa de um futuro melhor para seus descendentes, um futuro mais branco.

As quase brancas, desejavam eliminar esse “quase”, e isso também aconteceria através do branqueamento, todavia, mais que filhos brancos, elas desejavam um marido branco que lhe traria ascensão social imediata. Enfim, através do casamento, seriam iguais as brancas, e superiores as demais.

Desse desejo de ser branco, muitos psicanalistas da época, afirmam surgir uma neurose. Assim, ao passo que negros desejam ser superiores, e isso é sinônimo de brancos, há

uma negação da própria raça e, do próprio povo. Daí surge certa culpa pela autodesvalorização, mas essa autodesvalorização é consequência da agressividade sofrida durante séculos e, perpetuada simplesmente pela cor e, dessa forma, o negro é invadido pelo sentimento de abandono social. Esses são elementos que provocam intensa angústia e, o ciclo de inferioridade se perpetua.

A vergonha. A vergonha e o desprezo de si. A náusea. Quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é pela minha cor (...) aqui ou ali, sou prisioneiro do círculo infernal. (Fanon, 2008, Pág. 109).

Através desta análise clássica, dos psicanalistas da época, há perpetuação da ideia da inferioridade negra, agora sob a roupagem emocional e psicológica. Neste discurso, o negro é um sujeito com obsessão pelo passado, frustrado, angustiado e, geralmente introvertido. Essa imagem do negro na pós-emancipação, nada tem a ver com a imagem do serviçal sorridente e, sem ressentimentos descritos por diversos autores como Freire (2006) e Nabuco (2003). Assim, o que outrora era simples e, nesta simplicidade de sentimentos feliz, agora é descrito como repleto de problemas emocionais e, principalmente com um forte sentimento de inferioridade.

Um dia, São Pedro vê chegar á porta do paraíso três homens: um branco, um mulato e um preto.

- O que você deseja? Pergunta ao branco.

- Dinheiro.

- E você, diz ao mulato.

- A glória.

Quando se volta para o negro, este lhe responde com grade sorriso:

- Eu só vim trazer o baú destes senhores.

(Fanon, 2008, p.59)

Esta inferioridade negra esteve presente em todas as áreas, e a mulher negra, ocupou os piores postos de trabalho, este aspecto será analisado no próximo capítulo. Por fim, torna-se apropriada uma análise mais aprofundada da trajetória da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro. Isso será feito no próximo capítulo, com o intuito de observar a correlação com o percurso histórico e o cenário atual.

Capítulo III: Da trajetória da mulher negra no mercado de trabalho.

“O fato, como penso que havemos de concordar, é que as mulheres, desde os primeiros tempos até o presente, tem dado à luz toda a população do universo. Essa atividade toma muito tempo e energia (...). Pelo menos é assim que defino a perpetuação do domínio de um lado e, de outro, da servilidade. Pois a degradação de ser escravo só se equipara a degradação de ser senhor”. (WOOLF, 2012, P.51)

O trabalho feminino no Brasil, sempre esteve associado ao trabalho doméstico. É certo que, devido à conotação negativa do trabalho, que todo trabalho deveria ser feito por mãos de escravos, as mulheres brancas e, ricas, não trabalhavam, ficavam governando seu lar e, suas mucamas. Já as mulheres, pobres brancas, mulatas, e negras, além dos serviços domésticos, necessitavam trabalhar fora de casa. Antes da abolição, essas mulheres pobres, encontravam no comércio varejista, sua fonte de renda. Este comércio varejista pode ser traduzido como ambulante. Uma personagem típica deste comércio é a “negra de tabuleiro”, que vendia frutas, legumes, doces, bolos, bebidas refrescantes e, mais uma infinidade de produtos.

Dessa forma, além dos serviços domésticos, vendedora ambulante foi uma das primeiras ocupações ditas como femininas no Brasil. Foi através deste comércio que muitas escravas conseguiram sua alforria. As negras livres vendiam especialmente alimentos, pois, sua clientela era composta por pessoas bem pobres, como o comércio era clandestino, ou seja, não pagava impostos, a mercadoria era mais barata. As imigrantes começaram a vender em tabuleiros, por volta de 1870 e, tornavam-se concorrentes das brasileiras pobres.

Também no século de XIX, outras atividades manuais tornaram-se fonte de renda para as mulheres no Brasil, como o bordado e a renda. Quando a viuvez trazia má situação financeira à mulher, estas costumavam fazer doces, arranjos de flores e, bordados, conforme descreve Lewkowicz (2008). Como o trabalho era socialmente mal visto, as viúvas pediam para que outras pessoas vendessem seus produtos e, mantivessem sigilo. Neste mesmo período, outro setor que se tornou predominantemente feminino, foi à confecção, neste abrangiam-se a tecelagem, fabricação de redes, tecidos e cobertores.

Para as mulheres brancas e, com recursos, o casamento era uma espécie de seguridade, além de auferir status, por não precisar trabalhar. Já para as mulheres menos abastadas e brancas, o casamento não era uma tarefa tão fácil, um dos motivos seria o dote pouco atraente.

Mas, é para a mulher negra, que o casamento se torna ainda mais difícil. Essa dificuldade em contrair casamento, enfrentada pelas mulheres pobres teve como consequência principal o grande número de filhos ilegítimos e, a inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho.

As imigrantes, além de concorrerem com as negras de tabuleiro, cuidavam da casa, do cultivo de hortaliças e, de animais, como porco e galinha. Muitas também trabalhavam na roça e, cafezais. Há relatos de moças imigrantes que lavavam, passavam e engomavam para fora, atividades tradicionalmente realizadas por negras. Alguns autores atribuem a tanto trabalho, a ascensão social, que muitos imigrantes conseguiram. Contudo, muito provavelmente, mais determinante que o trabalho árduo para ascensão, tenha sido a cor de sua pele, uma vez que todos esses trabalhos também eram realizados por negras e mulatas, que mal conseguiam sobreviver com sua renda e, sequer ousavam sonhar com a ascensão social e, inclusive, eram inferiorizadas por exercerem tais atividades.

Enfim, enquanto a mulher imigrante é elogiada por ser tão trabalhadora e, por isso merecedora de ascensão, a negra/mulata, desempenha exatamente o mesmo trabalho que a imigrante, inclusive há mais tempo, e é mal vista, porque trabalhar é algo inferior, coisa de negro. Assim, esta questão intragênero é a principal deste estudo, onde pessoas com a mesma experiência, mesma idade, mesmo gênero, realizando exatamente o mesmo trabalho tem remuneração e posição social tão diferente por serem de cor/raça diferentes.

Outro trabalho tipicamente exercido por mulheres negras era o de ama-de-leite, que na pós-emancipação transformou-se em babá. Além deste, mulheres pobres costumavam exercer o papel o de parteira. Mesma quando já havia acesso aos hospitais, muitas mulheres preferiam parir com a ajuda de uma parteira. Inclusive atualmente, a parteira ganha uma roupagem moderna e recebe ajuda do apelo por partos humanizados, essa figura moderna, convive com a parteira tradicional e, que em algumas regiões do país é a única alternativa. Ainda no século XIX, haviam parteiras formadas em Paris, que prestavam exames em faculdades de medicina no Rio de Janeiro para obterem licença para o seu trabalho. Mais uma vez a “sina”, parteiras idênticas as dos séculos remotos no interior do norte e nordeste, convivem com as quase “médicas” nas grandes metrópoles.

No início do século XX as mulheres pobres conseguiram espaço para trabalharem nas fábricas, especialmente na indústria têxtil. Desde então, os salários pagos as mulheres eram menores que os dos homens, inclusive quando o trabalho desempenhado era o mesmo.

Talvez, este seja o primeiro registro da discriminação salarial por gênero, que está presente até os dias atuais. Todavia, a discriminação salarial, por cor/raça se faz anterior, como visto antes dada à concorrência entre imigrantes e negras.

Ainda no começo do século XX a educação profissionalizante começou a ser pensada para mulheres. Entretanto, as escolas que ofereciam tais cursos estavam localizadas apenas em São Paulo, e os cursos limitavam as especializações das mulheres para típicos trabalhos femininos, como artesanato, mercado têxtil e, afazeres domésticos. Mesmo com a qualificação formal, a situação da mulher pouco mudava, antes, seus guetos eram reforçados.

A ideia de trabalhar em casa atraía as mulheres desde o século XIX. Com intuito de permanecer em casa com os filhos e com a possibilidade de realizar seus afazeres domésticos. Contudo, os serviços disponíveis em geral, eram maçantes e, a jornada de trabalho era superior a das fábricas, além disso, a remuneração era muito pequena. Os serviços mais comuns em domicílio era o de sacaria do café, lavadeiras, “alugada”, esse termo refere-se a uma espécie de diarista, ou seja, uma empregada contratada livremente. Além das infinitas variações de trabalho doméstico, já que o trabalho feminino era barato e abundante.

Nos anos finais do século XIX e início do XX mais de 70% da população economicamente ativa ex-escrava estava inserida no trabalho doméstico. O Estado por meio de sua política estatal de emigração de força de trabalho branca reduziu os meios de inserção negra – ex-escrava –, as atividades precárias de baixa qualificação e prestígio social, produziu no país uma superpopulação disponível para o mercado de trabalho com fortes traços do sistema colonial escravista, embora o trabalho fosse livre. (...) Verifica-se então, que neste contexto a divisão sexual do trabalho, já assumia um nível de hierarquização importante, entre libertas e ex-senhores (as), a ideologia predominante no mercado de trabalho foi a de manter as mulheres negras (ex-escravas), como cuidadoras dos lares. O trabalho como empregada doméstica foi uma recorrência na vida das mulheres negras não se configurando, em alguns casos, apenas como porta de entrada para o mercado de trabalho, mas como a única forma possível de ocupação oferecida a essas mulheres. (PEREIRA, 2011, p.4.)

As condições de trabalho destas empregadas domésticas em geral eram precárias. A jornada de trabalho era muito ampla, começava algumas horas antes do café da manhã, e se estendia até a arrumação após o jantar. As folgas eram raras e, o trabalho exaustivo. Mais raras que as folgas, somente o direito destas trabalhadoras.

A partir da segunda metade do século XIX, a profissão de professor foi se tornando uma função feminina. Muitos atribuem aos imigrantes e, ao crescimento econômico, o maior investimento na educação. Mesmo considerando a mulher menos inteligente que o homem, essa era ideia que vigorava na época, viam o exercício do magistério como continuação da

maternidade, e assim, ser professora não afastaria a mulher da sua função natural de ser mãe, dona de casa, esposa.

Já no século XX, muitas mulheres com pouco mais de qualificação, começaram a trabalhar em escritórios e em repartições públicas. Mesmo esses avanços, só estavam disponíveis as boas moças, e isso significa que deveriam ser modestas, sem grandes ambições, dóceis, pacientes, não fumantes, enfim, meninas honestas, e moralmente irrepreensíveis. Só na segunda metade do século XX outros setores começaram a aceitar o ingresso de mulheres. Como o setor de saúde, bancário, e demais profissões liberais, ou seja, todas estas são conquistas muito recentes, se analisadas a partir de um ponto de vista histórico. No setor primário, a situação da mulher piorou muito, no século XX, a contratação das mulheres caiu, e o número de boias-frias aumentou. Tornando ainda mais precária sua moradia, alimentação, e, renda.

À vista disto, apesar de ter aumentado a inserção da mulher no mercado trabalho, isso em nada significou igualdade de gênero ou raça. Pois, o nível de desemprego e, desocupação é historicamente superior ao dos homens e, os guetos femininos ainda persistem. O trabalho doméstico é o melhor exemplo de papéis que se perpetuam, onde, devido ao excesso de contingente, os níveis de remuneração são baixos e, as condições de trabalho precárias.

Enquanto escravo e o ex-escravo estão condenados à dignidade de lutadores pela liberdade, os senhores e seus descendentes estão condenados, ao contrário, ao opróbio, de lutadores pela manutenção da desigualdade e opressão. (RIBEIRO, 2006, p.199.)

As mudanças mais importantes nos postos de trabalho feminino além de muito recentes, uma vez que só se deram a partir da segunda metade do século passado, foram importantes, mas não definitivas. Já que não abrangeram todas as mulheres, antes, estavam restritas a umas poucas com certo poder aquisitivo, maior nível de qualificação, e geralmente brancas. Formando o que Ribeiro (2006) denomina de castas, caracterizada por sua imutabilidade social.

Assim, na pós-abolição, os postos de trabalho destinados aos negros, eram restritos e, precários. Cujas alternativas eram o banditismo, a prostituição ou a mendicância. Dessarte, mesmo iguais perante a lei, brancos e negros são socialmente diferentes, já que, a cidadania não estava ao alcance do negro na prática. Era igual e cidadão perante a lei e, diferente e inferior no mercado de trabalho e nas relações sociais.

Portanto, o mercado de trabalho no Brasil, foi estruturado em bases autoperpetuantes de subjugação do pobre e negro. Cujas piores situações estão destinadas à mulher negra. Conforme visto, o trabalho doméstico foi o primeiro posto de trabalho dito feminino e, encarado como porta de entrada no mercado de trabalho para as mulheres. Todavia, devida à baixa qualificação, especialmente das negras na pós-emancipação, o trabalho doméstico deixa de ser o primeiro posto, e torna-se a única opção para muitas. Associado à baixa qualificação e, ao excesso de oferta de mão-de-obra, o trabalho doméstico, ficou marcado pela baixa remuneração, longa jornada e, poucos direitos trabalhistas.

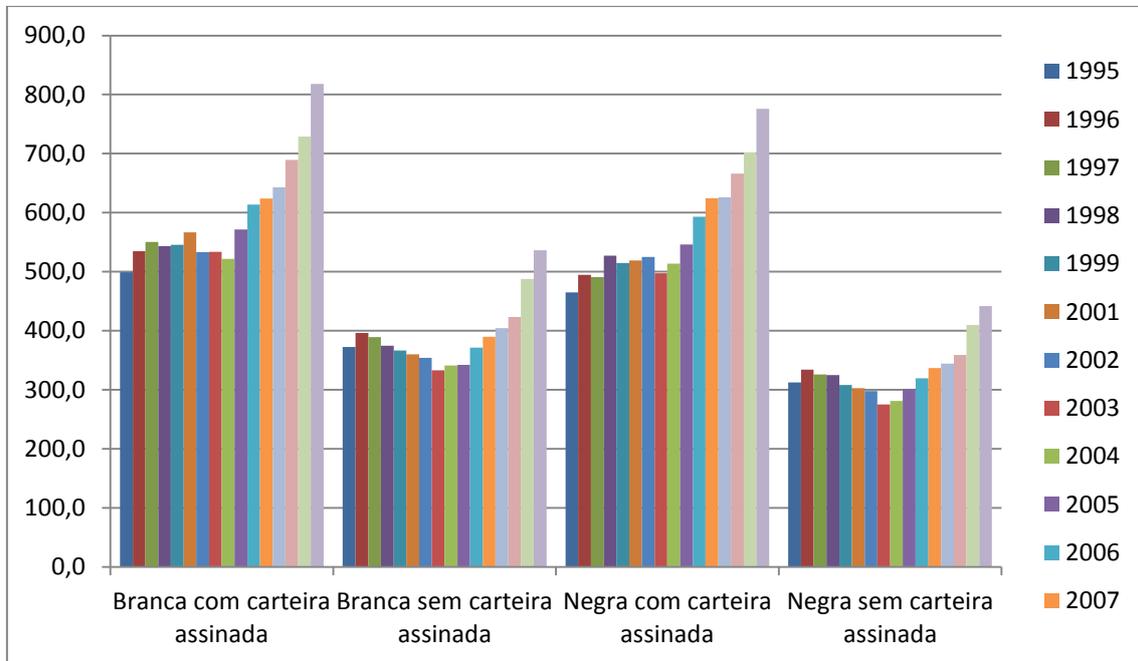
Com efeito, no Brasil, as classes ricas e as pobres se separam umas das outras por distâncias sociais e culturais quase tão grandes quanto as que mediam entre povos distintos. Ao vigor físico, à longevidade, à beleza dos poucos situados no ápice, se contrapõe a fraqueza, a enfermidade, envelhecimento precoce, a feiura da imensa maioria. (RIBEIRO, 2006, P.194.)

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho - OIT, o elevado percentual de mulheres ocupadas no serviço doméstico, às precárias relações de trabalho deste setor, e sua alta taxa de informalidade, são resquícios de uma sociedade escravagista, cujas situações de dependência e violência são corriqueiras. Onde, as formas de pagamentos são arbitrárias e, há demanda pela plena disponibilidade do tempo, de modo que a empregada doméstica deve estar disponível a qualquer hora, seja dia ou noite, para servir.

Ainda segundo a OIT, em 2008 cerca de 60% do total do serviço doméstico remunerado, sem carteira de trabalho assinada, era realizada por mulheres negras. Esse dado torna o que já era uma desvantagem de gênero, devida à supremacia feminina no setor, um problema de raça, ou seja, uma questão intragênero. Uma vez que, a mulher negra recebe um salário inferior ao da branca, exercendo o mesmo ofício. A informalidade, também agrava este problema intragênero. Isso posto, a formalização do contrato de trabalho das empregadas domésticas contribuiu significativamente para uniformizar os salários e, reduzir as diferenças intragênero. O gráfico 1 mostra como o rendimento médio mensal das domésticas negras é inferior ao das domésticas brancas, especialmente na informalidade.

GRÁFICO 1

Rendimento Médio Mensal das Trabalhadoras Domésticas, segundo Cor/Raça e Posse de Carteira Assinada - Brasil, 1995 a 2012

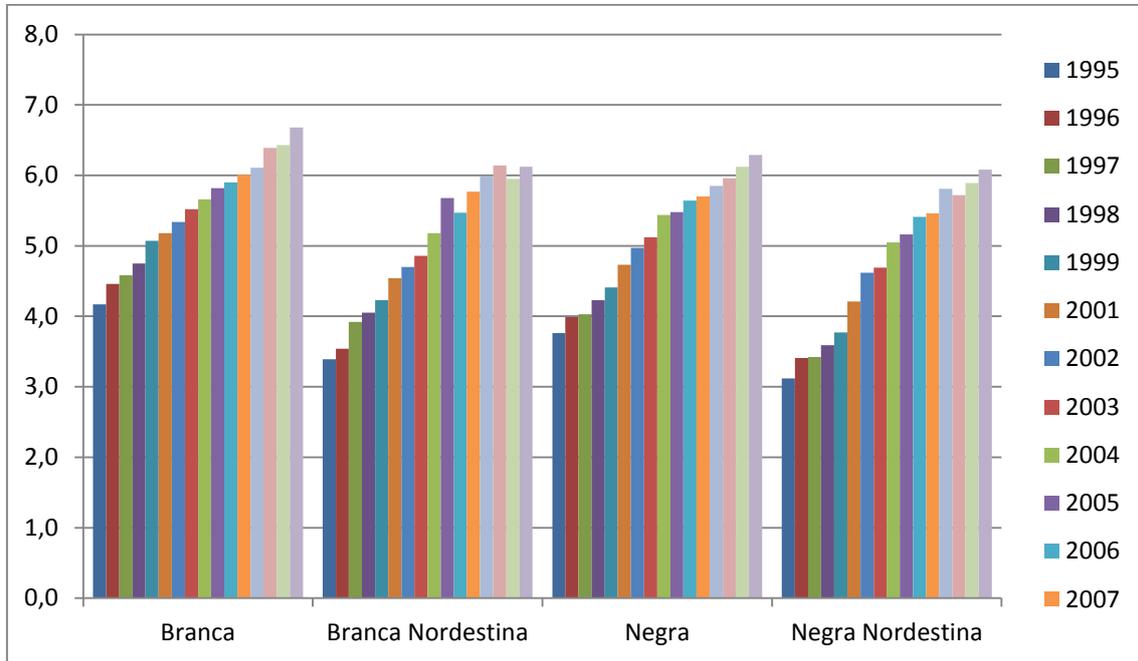


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

Segundo o IPEA (2011), essa grande proporção de mulheres negras no trabalho doméstico, é explicada pela baixa escolaridade e qualificação. Como também, pela raiz escravocrata, onde o trabalho doméstico é naturalmente feminino e, para muitas, é a única opção de inserção no mercado de trabalho, especialmente para as mulheres negras e pobres. Em suma, este fenômeno racial no trabalho doméstico, surge pela construção de um cenário de desigualdade, o qual é desregulado, exige pouca qualificação e, possui baixos salários. O gráfico 2 apresenta a média de anos de estudo das trabalhadoras domésticas e, como ainda é uma média baixa.

GRÁFICO 2

Média de Anos de Estudo das Trabalhadoras Domésticas com 16 anos ou mais de idade, segundo Cor/Raça - Brasil e Regiões, 1995 a 2012

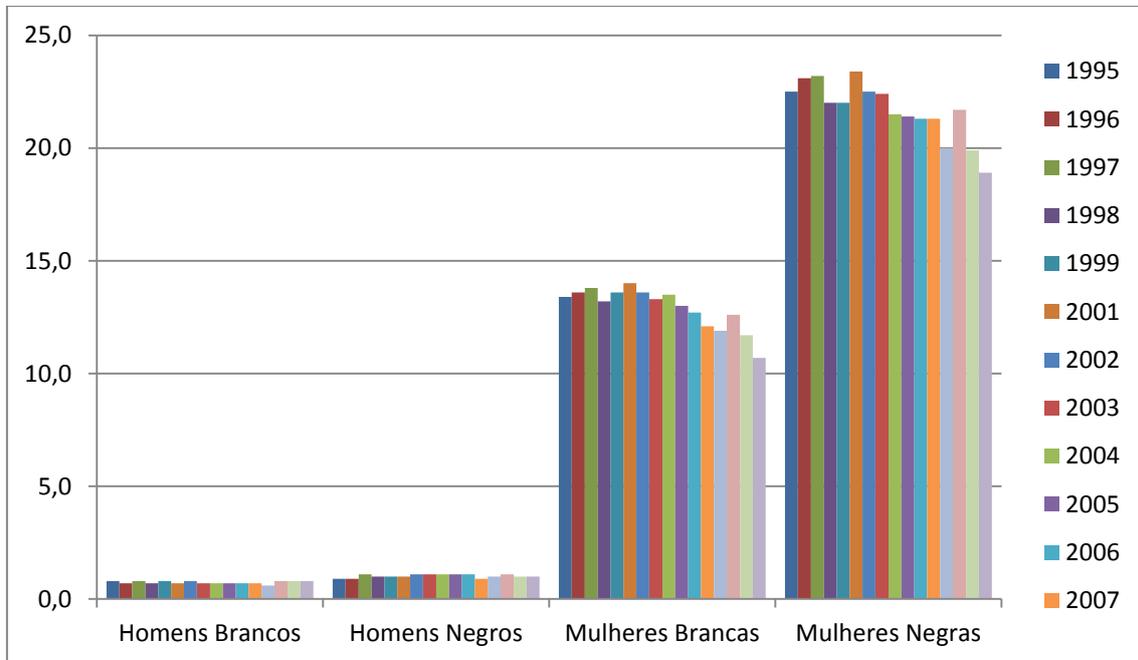


Fonte : Elaboração própria com base nos dados do IPEA

A questão intragênero no serviço doméstico tem consequências que vão muito além da diferenciação salarial. Segundo o IPEA (2008) essa precarização do emprego e, renda, decorrentes do sexismo e racismo que as mulheres negras são vítimas, associados ao serviço de saúde de baixa qualidade, faz com que a expectativa de vida da mulher negra, seja inferior a das mulheres brancas. Esse dado evidencia a real importância desta questão intragênero, onde esse fenômeno social traz prejuízo não só econômico, mas principalmente para a qualidade de vida da mulher negra. O gráfico 3 apresenta essa forte influência sexista e racista no trabalho doméstico.

GRÁFICO 3

Proporção de Trabalhadores/as Domésticos/as no Total de Ocupados, por Sexo, segundo Cor/Raça - Brasil e Regiões, 1995 a 2012.

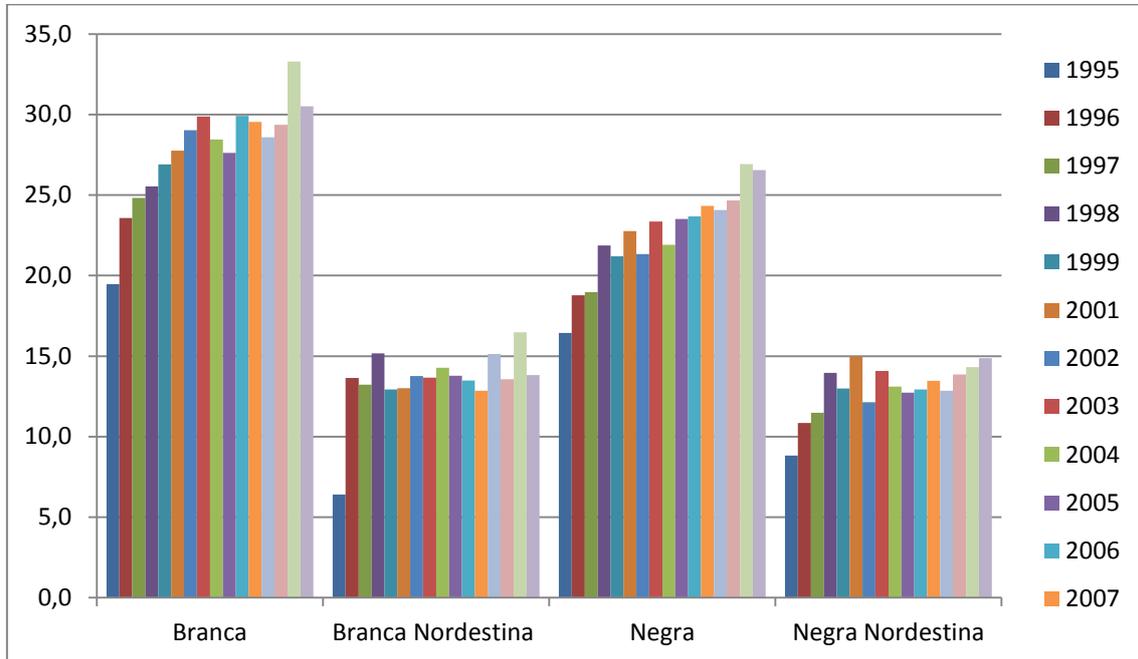


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

A precarização é ainda mais grave ao se tratar da diarista. Historicamente, as mensalistas atendem famílias mais abastadas, que muitas vezes, usam o número de empregados domésticos como forma de ostentar riqueza. Contudo, com a regulamentação do setor, houve uma tendência em optar-se pela diarista, cujos custos são menores, devido a não formalização. Como a diarista tem natureza descontínua, atende mais de uma família, sua não formalização gera uma maior precarização empregatícia, pela falta de acesso a seguridade social. Segundo Ribeiro (2006), as relações continuam impregnadas dos mesmos valores, que se exprimem da desumanização das relações de trabalho. O gráfico 4 exibi como ainda é elevada a informalização no serviço domestico, e a pior situação está na região nordestina.

GRÁFICO 4

Proporção de Trabalhadoras Domésticas que Possui Carteira de Trabalho Assinada, segundo Cor/Raça - Brasil e Regiões, 1995 a 2012

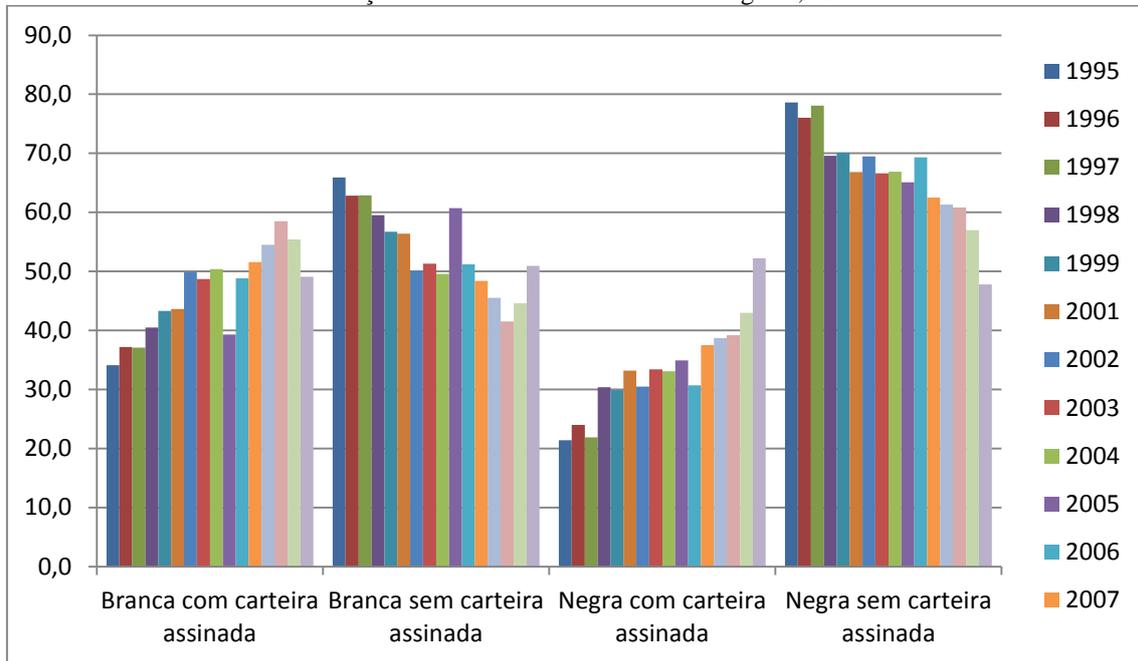


Fonte : Elaboração própria com base nos dados do IPEA

De acordo com o IPEA (2011), há uma forte tendência de queda na proporção de trabalhadoras que residem no domicílio em que trabalham. Mas, muitas jovens negras estão dispostas a dormir no trabalho contrariando a tendência, por situação de vulnerabilidade e, desemprego familiar. Isso porque, muitas jovens negras migram para as grandes cidades, em busca de oportunidades. Enquanto as trabalhadoras brancas e, jovens, buscam outras oportunidades e ocupações, com consequente relação profissional mais independente. O gráfico 5 expõe como as mulheres negras, especialmente as que estão em situação informal, contrariam essa tendência.

GRÁFICO 5

Distribuição Percentual das Trabalhadoras Domésticas que residem no domicílio onde trabalham, segundo Cor/Raça e Posse de Carteira - Brasil e Regiões, 1995 a 2012



Fonte : Elaboração própria com base nos dados do IPEA

O fato das mulheres negras permanecerem mais tempo no emprego, gera grande exploração, tal qual durante a escravidão, entre sinhá e mucama, os laços profissionais são distorcidos por pseudos relações afetivas. Onde, de forma quase sádica, o que é exploração torna-se natural, uma vez que são “como se fossem da família”. A raiz dessa relação, quase doentia, entre exploradas e exploradoras é profunda e está arraigada nos primeiros séculos.

Mariana era uma gentil mulatinha nascida e criada como filha da casa e recebendo da minha mãe os mesmos afagos que ela dispensava as outras filhas. A diferença estava em que a cativa não sentava a mesa nas refeições e não podia aparecer na sala em ocasiões de visitas. No mais, “era como se fosse pessoa livre”, e até as irmãs de Coutinho dispensavam-lhe “certa afeição fraternal”. (CHALHOUB, 2003, p.132.)

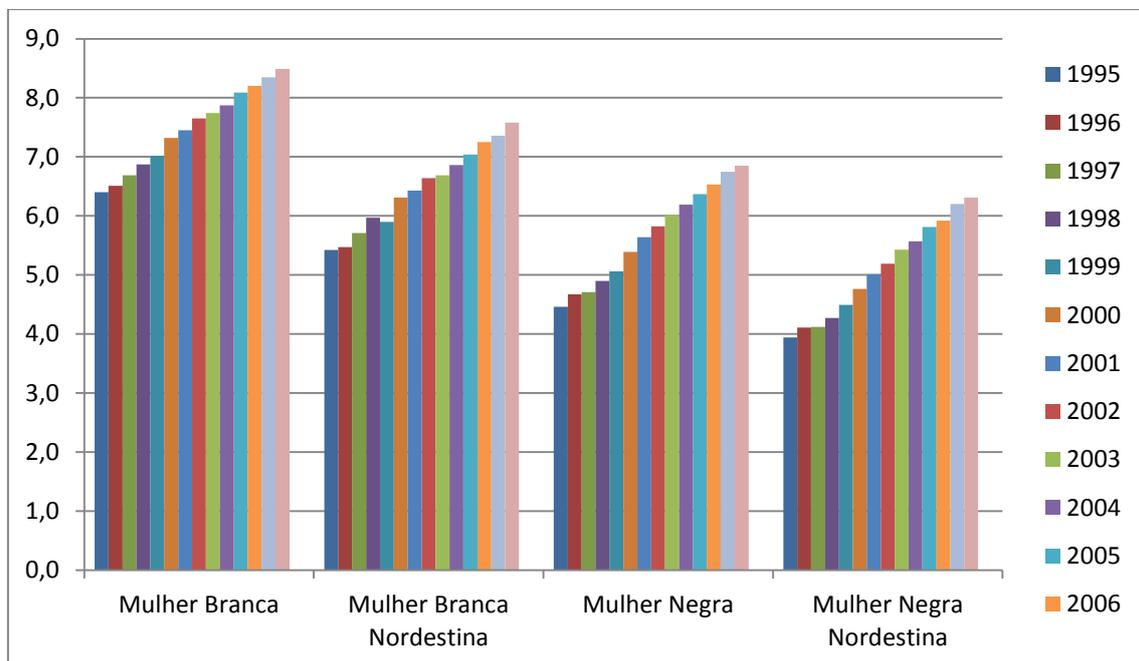
A relação entre patrões e empregadas domésticas é construída sob uma ambiguidade afetiva, onde as relações de classe são praticadas e, reproduzidas. Ao se afirmar que a empregada “sabe o seu lugar”, discurso frequente, há uma reafirmação de castas inferiores cuja classe das domésticas faz parte, não só no sentido profissional, mas principalmente, social. Assim, a pseudo afetividade, faz com que a empregada doméstica trate com carinho as

crianças, com admiração a patroa e, com respeito e distância o patrão. Contudo, a distância não deve ser só privilégio só do patrão, antes, a afetividade não pode romper a fronteira das classes. Torna-se evidente o fetichismo emocional.

Diversos autores, tratam a respeito da forte correlação da educação materna e o desempenho educacional dos filhos. Há muito tempo, já é sabido que a única forma de combater o ciclo da pobreza, eficientemente, é por meio da educação. Segundo o IPEA (2008) o grande problema enfrentado pela mulher negra no Brasil, é um duplo desafio na educação. Pois o sistema educacional reproduz diversos estereótipos de gênero e, mais fortemente de raça. Esse duplo desafio, faz com que haja desigualdade no acesso e, na permanência da mulher negra. Desse modo, com poucos anos de estudo, essa mulher negra está fadada a perpetuar-se nos guetos frequentados por seus antepassados. É um sistema autoperpetuante. No gráfico 6 os reflexos negativos desse duplo desafio, são mostrados.

GRÁFICO 6

Média de Anos de Estudo das Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo Cor/Raça e Localização do Domicílio - Brasil e Regiões, 1995 a 2009



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

Entretanto, na mesma esfera em que se encontra o problema, está também a solução. Quando, o campo educacional cessar o mecanismo da perpetuação das desigualdades, tanto de

gênero quanto de raça, a mulher negra terá mais oportunidades de romper seu ciclo de pobreza.

Conforme visto, a formalização é uma importante ferramenta para equalizar os salários, ou seja, é imprescindível para reduzir as desigualdades intergênero. Assim a PEC das domésticas¹ de 2013 que visa, tão somente, a extensão aos empregados domésticos, da maioria dos direitos já previstos atualmente aos demais trabalhadores registrados com carteira assinada, torna a cidadania acessível, através da igualdade salarial. Uma vez que, com o setor regularizado, as condições de trabalho e vida das domésticas serão impactadas de forma positiva. Especialmente, no que diz respeito às mulheres negras já que, a menor renda, somada á precariedade das condições de trabalho, faz com sua expectativa de vida seja inferior a das mulheres brancas.

A vista disso, a PEC das domésticas, muito mais que regula o setor, traz qualidade de vida a trabalhadora e, maior reconhecimento a esta classe, que durante séculos foi vista como inferior. É interessante notar, que o aspecto mais importante, o intragênero, não foi proposital, trata-se de um reparo às mulheres negras, cuja cidadania foi negada durante tanto tempo. Onde, a igualdade só existia no papel e, cuja escravidão resistiu à abolição, já que suas oportunidades eram restritas. A PEC das domésticas é na verdade, um marco na história das mulheres negras brasileiras. É a segunda abolição.

Mas, como a primeira abolição, muitos imaginavam que após a lei Aurea a igualdade seria algo natural, o que evidentemente não aconteceu. A PEC traz o benefício da formalidade á empregada domestica e, conseqüente uniformização dos salários entre brancas e negras, todavia, as diaristas não desfrutarão desse benefício, e na informalidade, conforme visto a mulher negra, recebe cerca da metade do rendimento da mulher branca. Assim, mesmo depois da PEC, as diaristas continuarão na situação de precariedade, há uma perpetuação do gueto, enfim, mais uma vez, “mudar para permanecer no mesmo”, a sina, como Ribeiro (2006) descreve, as relações continuam impregnadas dos mesmos valores, que se exprimem da desumanização das relações de trabalho.

¹Trata-se na verdade da emenda Constitucional Nº 72 DE 2 de abril de , Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

Considerações Finais.

A escravidão é um desses venenos que se infiltram pelo perfume: ela se infiltra pelo egoísmo. Depois de se haver introduzido na sociedade e de ter alimentado uma raça à custa da outra ela corrompe ambas. (NABUCO, 1988, p.41)

Vimos que o trabalho feminino no Brasil, sempre esteve associado ao trabalho doméstico. E que além dos serviços domésticos, vendedora ambulante foi uma das primeiras ocupações ditas como femininas no Brasil. Assim as imigrantes começaram a vender em tabuleiros, no final do século XIX e, tornaram-se concorrentes das brasileiras negras e pobres. Diante desse cenário, a mulher imigrante foi muito elogiada por ser tão trabalhadora, além de cuidar dos afazeres doméstico, vendia em tabuleiros, lavava, passava e engomava para fora, e ainda ajudava nos cafezais. Enquanto as mulheres negras eram menosprezadas por exercerem exatamente os mesmos trabalhos. Tornando claro, a primeira questão intragênero na pós-emancipação.

As condições de trabalho destas empregadas domésticas, ex-mucamas, em geral eram precárias. O maior problema, é que o trabalho doméstico perpetuou a precariedade das relações entre mucamas e sinhás, onde, devido ao excesso de contingente, os níveis de remuneração são baixos. Portanto, o mercado de trabalho no Brasil, foi estruturado em bases autoperpetuantes de subjugação do pobre e negro, cuja pior situação está destinada a mulher negra, conforme afirmam diversos autores. Mas a formalização do contrato de trabalho das empregadas domésticas contribuiu significativamente para uniformizar os salários e, reduzir as diferenças intragênero.

Foi visto também, que essa diferenciação salarial, entre as domésticas brancas e negras, associado ao serviço público de saúde de baixa qualidade, faz com que a expectativa de vida da mulher negra seja reduzida. Assim, tão alarmante quanto saber que as desigualdades se perpetuam há séculos, é averiguar que isso tem abreviado a vida de várias mulheres, só pelo fato de serem negras e, por isso, viverem em situações de extrema precariedade.

Certamente que a educação tem um papel fundamental de romper o ciclo de pobreza. Entretanto, constatamos também, que o sistema educacional reproduz diversos estereótipos de gênero e de raça. Dessa forma, a mulher negra é duplamente vitimizada, como consequência, há maior abandono escolar e, por efeito, menor qualificação. Com baixa qualificação, só os guetos femininos as acolherá, isso significa, trabalho com baixa remuneração e, alta

exploração e precariedade nas relações profissionais. Á vista disso, é necessário cessar a reprodução desses estereótipos no sistema educacional, tornando mais igualitário o acesso á educação.

Por fim, tornou-se notório a importância da formalização do contrato de trabalho, para a redução da desigualdade salarial intragênero. Por conseguinte, a PEC das domesticas, tem real valor no combate de tais desigualdades, perpetuadas durante tantas décadas nesta classe. Entretanto, a PEC representa um avanço e não a solução. Uma vez que as diaristas não desfrutarão dos benefícios desta lei, e na informalidade, conforme visto a mulher negra, recebe cerca da metade do rendimento da mulher branca. Assim, é necessário desenvolver políticas publicas voltadas para essa questão, intragênero, já que não existe uma sequer no país. Embora intrínseco as relações sociais brasileiras, desde os primeiros séculos, a discriminação intragênero é um fenômeno negligenciado, mas, oculta-lo nas discussões em nada ajudou, ou contrario, apenas o tornou mais impregnado a esta sociedade.

Referências

ALBUQUERQUE, D. M. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana: São Paulo: Cortez, 1999.

ALENCASTRO, L.F. **O tratado dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo, Companhia das letras, 2000.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste**, 7ª edição, São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

BERUTE, G. S. Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1830: tráfico negreiro e conjunturas atlânticas. In: XAVIER, R. C. L. (org). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 207-228.

CARVALHO, Z. C. **Rosto e Mascara do Senhor de Engenho de Pernambuco (1822-1888)**, Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, Recife, 1988.

CASTRO, J. **Geografia da fome**, 11ª Ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

CHALHOUB, S. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo, Companhia das letras, 2012.

CHALHOUB, S. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COSTA, E. V. **Da Senzala á Colônia**, 3ª edição, 1989, editora Brasiliense, São Paulo.

DABAT, C. P. Y. R. **Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canvieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

DANIEL, C. **Do ‘lar’ ao ‘mar’: a experiência de trabalho das taifeiras**. 2007, 32º Encontro Anual da Anpocs.

FANON, F. **Pele negra mascaradas brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERLINI, V. L. A. **A civilização do açúcar**. 11ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

FREIRE, G. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 51ªed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**, 34ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IBGE , **Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil 1992-1997** estudos e pesquisas informações demográfica e socioeconômica, nº 7, 2001.

IBGE, **Características étnicas raciais da população classificação e identidades**. In: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/pcerp_classificacoes_e_identidad. Acesso em 02 de janeiro de 2014.

IBGE, **Perfil dos trabalhadores domésticos**, 2006, Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Acessado em agosto de 2014.

IPEA, **Retrato das desigualdades de gênero e raça**, – 3ª edição – Análise preliminar dos dados, Brasília, 2008.

IPEA, **Situação atual das trabalhadoras domésticas no país**, Nº 90, 2011. Acessado em agosto de 2014. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>,

LAVINAS, L. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos**; Rio de Janeiro, IPEA, 2001. [h http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4389](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4389) Acessado em agosto 2014.

LEITE, M. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho: a experiência brasileira. 2005, *Revista Galega de Economía*, vol. 14, núm. 1-2.

LEONE, E. T. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia** ; Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2010 1 v. , Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.3.

LEWKOWICZS, I. GUTIÉRREZ, H. FLORENTINO, M. **Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil**. São Paulo ; editora UNESP, 2008.

LIMA, V. L. KLEIN, T. S. **Escravidão no Brasil**, Tradução Laura T. Motta, EDUSP, 2010.

LOVEJOY, P. E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NABUCO, J. **A escravidão. 7ª Ed.** Acervo digital FUNDAJ, Recife: Massangana, 1988.

NABUCO, J. **O Abolicionismo**. Conselho Editorial, Edições Eletrônicas, Edições do Senado Federal Vol. 7, Brasília, 2003.

OIT BRASIL. Boletim – Gênero e Raça. Ano 1 – Número 2 – Outubro, 2011.

OLIVEIRA, F. **O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PEREIRA, B. P. **De escravas a empregadas domésticas – A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós- abolição**. XXVI Simpósio Nacional de historia, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

SKIDMORE, T. E. **Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)** tradução Donaldson M. Garschagen, São Paulo, Companhia das Letras. 2012.

WOOLF, V. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Tradução: Denise Bottmann. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.